


**Memória(s) e identidade:
a história de João Monlevade / Minas Gerais escovada a contrapelo**

Sérgio Luiz Gusmão Gimenes Romero

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), João Monlevade, Minas Gerais
Doutorando em Estdos Literários – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
Belo Horizonte, Minas Gerais

 <https://orcid.org/0000-0002-8006-9264>
E-mail: sergio.romero@uemg.br

Resumo: Este trabalho analisa criticamente alguns aspectos da história e da memória social da cidade de João Monlevade – Minas Gerais. Propõe-se uma abordagem do passado que coloca em xeque o discurso oficial, pautado por uma concepção historicista, acrítica e monológica do passado comum, a qual se manifesta por meio de documentos e monumentos que veiculam uma concepção linear de progresso. Dentre os vários documentos-monumentos que desempenham esse papel, privilegiam-se, sobretudo, alguns elementos do Cemitério Histórico de Monlevade, entre outros também relacionados ao pioneiro francês de quem o município herdou seu nome. Conclui-se que esses elementos que propagam a narrativa histórica hegemônica desempenham um papel crucial na constituição da identidade sociocultural dos habitantes do município, reafirmando um ponto de vista elitista, donde a necessidade de se analisá-los criticamente.

Palavras-chave: João Monlevade; Memória social; Escravidão; Siderurgia; Walter Benjamin.

**Memory(ies) and Identity: The History of João Monlevade / Minas Gerais
Brushed Against the Grain**

440

Abstract: This work critically analyzes some aspects of the history and social memory of the town of João Monlevade – Minas Gerais. It proposes an approach to the past that calls into question the official discourse, guided by a historicist, uncritical and monological conception of the common past, which manifests itself through documents and monuments that convey a linear conception of progress. Among the various documents-monuments that play this role, this work privileges, especially, some elements of the Monlevade Historical Cemetery, among others also related to the French pioneer from whom the town inherited its name. It is concluded that these elements that propagate the hegemonic historical narrative play a crucial role in the constitution of the sociocultural identity of the inhabitants of the town, reaffirming an elitist point of view, hence the need to analyze them critically.

Keywords: João Monlevade; Social memory; Slavery; Steel industry; Walter Benjamin.

Texto recebido em: 16/02/2022

Texto aprovado em: 19/05/2022

Introdução

Dentre os vários municípios que integram a chamada microrregião do médio Rio Piracicaba, em Minas Gerais, João Monlevade costuma chamar a atenção —

sobretudo a de um olhar forâneo — por alguns traços distintivos que lhe conferem certo caráter *sui generis*. A título de exemplo, podemos observar a dissonância em relação aos nomes das cidades circunvizinhas. Dos quinze municípios que conformam a microrregião, alguns possuem denominações de explícito matiz religioso: como Bom Jesus do Amparo e Santa Bárbara; outros nomes nos remetem a aspectos geográfico-espaciais, como Bela Vista de Minas, Catas Altas, Itabira, Rio Piracicaba; outros ainda conjugam referentes religiosos e locais em sua designação: Santa Maria de Itabira, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo. Há, evidentemente, nomes cujos referentes estão mais propriamente ancorados em personagens históricos da região, tais como Alvinópolis, Barão de Cocais, Dionísio, Dom Silvério; não obstante, a peculiaridade de uma designação tal qual “João Monlevade”, sua combinação de Brasil (João) e França (Monlevade) bem como sua sonoridade quase excêntrica não passam facilmente despercebidas.

Na verdade, tanto o topônimo quanto a história mesma da cidade — desde sua gênese nas primeiras décadas do século XIX até os atuais 80.416 habitantes¹ e os 2.922.630,92 reais² de PIB — se mostram, incontornavelmente, atrelados às atividades mineradora e siderúrgica desenvolvidas na região. Nesse sentido, destaca-se a trajetória do “pioneiro” francês Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade, nascido em 1789, o qual, vindo ao Brasil em 1817, fundou, na futura cidade a que concederia seu nome, uma das primeiras bem-sucedidas usinas siderúrgicas do país por volta de 1820.

Evidentemente, a escolha desse território não se dera por acaso — o engenheiro de minas Jean Monlevade identificara na região o potencial quantitativo e qualitativo de suas jazidas de minério de ferro e de outros minerais, bem como suas densas matas — que seriam destinadas à produção de carvão — e ricas fontes de água. As mesmas reservas ferríferas que, ainda hoje, constituem um pilar fundamental da dinâmica econômica regional, marcada pela atuação de importantes empresas mineradoras e siderúrgicas, as quais demandam e desencadeiam, continuamente, a atuação e o desenvolvimento de uma rede produtiva que compreende diversas outras empresas de pequeno e médio porte; mão-de-obra direta e indireta com graus variáveis de qualificação; e algum grau de inovação tecnológica.

Não obstante essa imbricação estrutural entre a mineração e a siderurgia, por um lado, e a história e, conseqüentemente, a cultura local, por outro, evidencia-se — em diferentes níveis, setores e aspectos — quer um alheamento agudo do

tecido social monlevadense no que tange a essa articulação histórica da realidade socioeconômica regional, quer uma mistificação do passado calcada na articulação épica de ícones mnemônicos.

Nesse sentido, mostra-se sintomática a escassez de pesquisas, coleta e organização de fontes e dados, referências bibliográficas assim como de ações de valorização e preservação do patrimônio que se debruçam crítica e cientificamente sobre a história e a cultura locais, seja no âmbito acadêmico-científico seja no que diz respeito à difusão popular dessa categoria de conhecimento social. Essa lacuna evidente compromete não só a construção de processos pedagógicos emancipadores — tanto no ensino básico, cuja abordagem tradicional contribui tendencialmente para a consolidação de uma perspectiva fetichizada da história local, quanto no ensino superior, em que se destaca o predomínio de cursos de engenharia de matiz tradicional e tecnicista — como também a preservação e o (re)conhecimento dos elementos culturais que compõem, consciente ou inconscientemente, a memória coletiva.

A despeito disso, João Monlevade é, tanto material quanto imaterialmente, uma variegada trama de documentos-monumentos (LE GOFF, 1994). Com efeito, a cidade dispõe de um expressivo acervo, o qual, segundo a hipótese que ora formulamos, desempenha um papel crucial na elaboração e na legitimação de uma memória compartilhada pela comunidade, fornecendo a esta pontos de ancoragem para a constituição de um referencial identitário. Todavia, os elementos que integram esse patrimônio carecem ainda, a despeito de sua incalculável importância histórica e cultural, de uma abordagem científica e crítica mais ampla e consistente.

Com base nesse panorama, coloca-se a necessidade de se investigar, objetivamente, o modo pelo qual os principais símbolos históricos da cidade de João Monlevade atuam — a partir de sua constituição enquanto monumentos — na formulação contínua de determinada identidade cultural. Porém, há de se sublinhar que a produção e a reprodução desse complexo ideológico-discursivo não se dão de maneira espontânea, mas por meio da perpetuação de uma visão hegemônica e monológica da história — e de um *ethos* social dela decorrente —; a qual é, em si mesma, condicionada pelas relações de poder que, ao longo do processo histórico, a legitimam enquanto discurso oficial.

Em outras palavras, essa espécie de amnésia social, que perpassa e constitui as relações socioculturais monlevadenses de maneira profundamente problemática,

parece prescindir abertamente da constatação do historiador francês Jacques Le Goff, para quem “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva” (1994, p. 476).

Como já foi dito, o município é repleto de monumentos históricos, porém, é perceptível que, dentre a totalidade do conjunto, alguns expressam uma maior relevância cultural para a cidade. Dentre esses, ainda que sem qualquer pretensão de esgotar a significativa lista, convém destacar alguns: o Solar Monlevade, construído sob a direção do engenheiro francês no século XIX; a Vila Operária de João Monlevade, fortemente influenciada pelas ideias do renomado arquiteto modernista Lúcio Costa; a Igreja Matriz São José do Operário, inaugurada em 1948 e projetada pelo arquiteto Yaro Burian, no singular estilo “V Disfarçado” — o qual faria alusão à vitória dos aliados na 2ª Guerra Mundial — por solicitação da antiga Companhia Siderúrgica Belgo Mineira; o imponente edifício do Hotel Cassino, construído nos anos 30 e que chegou a hospedar o ex-presidente Getúlio Vargas; o hino de João Monlevade, o qual apresenta uma síntese épica da história da cidade; enfim, aquele que, no âmbito da presente reflexão, constitui, em certa medida, nosso foco principal: o Cemitério Histórico da cidade, em que negros escravizados por Jean Monlevade foram enterrados, além do próprio engenheiro francês; e, ainda, outra importante personagem histórica da cidade: Louis Jaques Ensch, pioneiro da siderurgia brasileira à frente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, juntamente com sua esposa, Maria C. Coutinho Ensch.

Alguns apontamentos sobre a problemática da memória

Do ponto de vista de seu balizamento teórico, a reflexão aqui exposta remete, em primeiro lugar, a certas tendências teóricas no campo da historiografia, o qual, como assinala Le Goff, a partir dos anos 60, constitui-se como terreno de uma espécie de revolução documental elementar, a partir da qual: “O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens”. (1994, p. 541)

Evidentemente, esse processo de dilatação da memória — e, mais especificamente, das memórias de subalternos — enquanto foco de investigação de diferentes correntes historiográficas a partir da segunda metade do século passado

tem fomentado, também, uma tensão constante entre memória e história em suas variadas conjunções e disjunções.

Embora uma análise detida dessas correlações transcenda em muito as possibilidades da presente reflexão, a formulação teórico-crítica do próprio Le Goff, à qual subscrevemos, oferece-nos uma síntese suficientemente elucidativa sobre os termos da questão: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (1994, p. 477)

De outra parte, o interesse crescente e a expansão substantiva das pesquisas que se debruçam sobre a problemática da memória ultrapassa largamente o campo da história *stricto sensu*, permeando áreas e disciplinas diversas, tais como a psicologia social, a sociologia, a antropologia, os estudos literários, a análise do discurso (em suas diferentes matrizes), a filosofia e a psicanálise.

Um ponto de vista convergente com o enunciado por Le Goff emerge, por exemplo, da perspectiva adotada pela autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, a qual nos adverte dos perigos que resultam do monopólio de uma versão da história que, em detrimento da pluralidade das experiências humanas, mutila e escamoteia a complexidade dos processos históricos:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2019, p. 16)

No que tange, especificamente, aos estudos sobre a problemática da memória em sua dimensão social, os trabalhos do sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945), criador do conceito de “memória coletiva”, são, com efeito, pioneiros. Neles, o autor, como importante nome da escola de sociologia francesa, avança bastante nas reflexões incitadas por seu mentor, Émile Durkheim, sobretudo no texto que este publicara originalmente em 1898: “Representações individuais e representações coletivas” (1970).

Sem embargo da relevância da obra de Halbwachs enquanto um dos fundadores do campo de estudos acerca da memória social, sua análise da problemática — ao revés da que aqui se propõe — tende a sublinhar, em consonância com a tradição teórica que sua produção reverbera, uma compreensão da memória coletiva, enquanto fenômeno social, calcada na estabilidade, na

homogeneidade e na coesão. Nesse sentido, a memória se organizaria em quadros sociais bem definidos, os quais desempenhariam um papel fundamental na unificação de um grupo ou categoria social por meio da manutenção de seu sistema de valores (HALBWACHS, 1990).

Segundo a síntese crítica do sociólogo austríaco Michael Pollak (1989, p. 3):

Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘comunidade afetiva’.

Em contrapartida, o próprio Pollak enfatiza, ao refletir sobre o caráter da história oral, a tendência contemporânea, dentro dos estudos de memória social, em se enfatizar “conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade” (1989, p. 4). Segundo o autor, e em consonância com as observações mais gerais de Le Goff, essa corrente historiográfica privilegia a memória de grupos subalternos, oprimidos e marginalizados; e, “[a]o contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional.” (POLLAK, 1989, p. 4).

Em consonância com essa perspectiva, assumimos uma compreensão da memória social enquanto processo dialógico — no qual certas representações, convenções sociais e estruturas de sentimento (cf. WILLIAMS, 1977, p. 128-135) se cristalizam e se legitimam no seio de dada formação social a partir de embates, sobreposições, apagamentos, mutações e sínteses de posições sociais divergentes ou antagônicas.

Sob esse viés, memória e política são dimensões indissociáveis do processo histórico:

A memória se constitui como poder, como um contrato e uma luta pela imposição de uma hegemonia, não conseguindo e pretendendo “dar conta” da complexidade social e dos processos em curso. Ao contrário, sua dimensão de poder e, portanto, sua eficácia depende da política, cuja pretensão de controlar ou orientar a memória social é expressão dos interesses em luta. Dessa forma, toda memória social é política. (MORAES, 2005, p. 94)

Analogamente, Michael Pollak assinala que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.” (1992, p. 205)

No que concerne especificamente à realidade brasileira, tanto a produção historiográfica quanto o ensino de história sofreram duramente com o sequestro ideológico imposto pelo regime implantado após o golpe de 1964 — justamente em um período no qual fervilhavam e se consolidavam, fora do país, novas abordagens e concepções teórico-metodológicas potencialmente inovadoras.

Com efeito, o projeto de esvaziamento do caráter socialmente transformador da ciência e da educação em benefício de uma perspectiva épica e mistificadora — em consonância com um projeto de formação de cidadãos obedientes e submissos à ordem imposta — só seria mais amplamente colocado em xeque com o processo de esfacelamento do regime ditatorial e a redemocratização do país nos anos 80. Desde então, a historiografia nacional vem passando por um redimensionamento crítico, o qual tem aberto espaço para a recolocação de seu papel e pressupostos de maneira mais pluralista e crítica.

No bojo desse processo, a presente reflexão também se inclui em uma concepção segundo a qual, de acordo com Elza Nadai:

Tem-se procurado viabilizar o uso de fontes variadas e múltiplas, com o objetivo de resgatar discursos múltiplos sobre temas específicos. A finalidade tem sido fazer aflorar diferentes tradições históricas; fazer emergir o diálogo (contraditório, complementar, divergente) da História oficial com a memória social. (1992-1993, p. 160)

Ademais, o resgate crítico da memória social local se harmoniza com a “renúncia a uma atitude contemplativa característica do historicismo”, como já assinalara Walter Benjamin (2012, p. 128) nos anos 1940; isto é, uma recusa ao “elemento épico da história”. Sob esse prisma crítico, a história deve tornar-se “objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio, mas por uma época, uma vida, uma obra determinada”, arrancando os elementos que compõem a memória social à “continuidade histórica reificada” denunciada pelo filósofo alemão.

Nesse sentido é que nos importa considerar certos elementos do patrimônio histórico-cultural da cidade de João Monlevade - MG; em convergência com a constatação de Le Goff (1994, p. 545) de que o dever principal da historiografia é a crítica do documento-monumento, isto é, a recuperação de suas condições de

produção histórica assim como, podemos acrescentar, de sua discursividade — ou seja, de sua intencionalidade semiótica.

Desse modo, como também assinala a psicanalista Jô Gondar:

Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir. Se levarmos isso em conta ao interrogar as lembranças/documentos, a questão essencial será: sob que circunstâncias e a partir de que vontade eles puderam chegar até nós? (2005, p. 17)

Logo, o documento/monumento histórico — tal qual a lembrança subjetiva — não pode ser tomado ingenuamente como legado imparcial da história ou simples herança ocasional do passado, senão em sua dimensão discursiva; não como testemunho da realidade, mas sim enquanto ação e representação ideologicamente condicionadas e socialmente produzidas.

Para o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, com efeito, “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes.” (1988, p. 32) Assim, o patrimônio histórico-cultural compõe-se de elementos que possuem caráter inerentemente semiótico e, dessa forma, inegavelmente ideológico. Em consonância com essa perspectiva, também Le Goff afirma que não só o monumento, mas mesmo o documento, por vezes tomado como elemento ideologicamente neutro, “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder.” (1994, p. 545) Dessa forma, conclui o historiador: “Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.” (1994, p. 545)

Além disso, convém assinalar a explanação de Bakhtin sobre o modo como os signos emergem na dinâmica sócio-histórica, a qual, do ponto de vista teórico, corresponde de maneira bastante precisa à constituição, em linhas gerais, dos monumentos culturais de uma dada sociedade segundo a percepção ora adotada:

A cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto de atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Só este grupo de objetos dará origem a signos, tornar-se-á um elemento da comunicação por signos. Como se pode determinar este grupo de objetos “valorizados”?

Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material. Evidentemente, o arbítrio individual não poderia desempenhar papel algum, já que o signo se cria entre indivíduos, no meio social; é portanto indispensável que o objeto adquira uma significação interindividual; somente então é que ele poderá ocasionar a formação de um signo. Em outras palavras, *não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social.* (BAKHTIN, 1988, p. 45)

Sendo assim, conscientes de que, como preconizara Walter Benjamin, “A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora” (2012, p. 18), faz-se necessária a análise crítica dos documentos-monumentos entendidos também como “textos”, ou seja, suportes discursivos, a partir de uma perspectiva preponderantemente interdisciplinar:

Ora, o confronto epistemológico entre as ciências e o conhecimento acumulado na história da humanidade é o que desenvolve o pensamento e a reflexão; o mesmo ocorre com o contato entre os textos. É a interação entre as diferentes perspectivas e distintos enunciados que permite analisar as especificidades de cada época, de cada visão ideológica e suas materializações nos textos. (BEDÊ, 2019, p. 34-35)

Na verdade, o campo de estudos relativos à memória social se mostra incontornavelmente situado entre a interdisciplinaridade — entendida enquanto convergência e complementariedade entre diferentes ramos do saber — e a transdisciplinaridade — compreendida como formulação de uma perspectiva holista, de fusão integradora de saberes disciplinares. (POMBO, 2008)

Nesse sentido, a abordagem da problemática da memória ora adotada se configura a partir do entrelaçamento de saberes e da dissolução das rígidas fronteiras que delimitam componentes curriculares e disciplinares. (GONDAR; DODEBEL, 2005, p. 7)

A história de João Monlevade escovada a contrapelo

Ao analisarmos criticamente — ou escovarmos a contrapelo — as distintas formulações culturais que cristalizam a versão tradicional do passado de uma cidade como João Monlevade, é possível identificar, desde um ponto de vista teórico-formal, a manifestação de um conjunto coordenado de formas discursivas,

de práticas sociais relativamente estáveis, de constelações de documentos-monumentos, assim como de representações mnemônicas que sintetizam, expressam, *performatizam* e veiculam a narrativa histórica hegemônica.

Evidentemente, esse arranjo discursivo que constitui o passado segundo a narrativa oficial não é completamente inflexível, antes se sujeitando às reelaborações e às acomodações oriundas das demandas do presente. Ademais, seus significados são apenas parcialmente coerentes, uma vez que são sempre portadores de contradições imanentes — as quais nos cabe desnudar analiticamente. Outrossim, essas formulações discursivas também se articulam de modos mais ou menos conflitantes com outras possibilidades de rememoração, sobretudo, no que tange àquelas que emergem de grupos e setores oprimidos tanto materialmente pelas relações sociais quanto simbolicamente pela versão oficial da história.

Na esteira das proposições benjaminianas, compreendemos que é a partir desses resíduos do passado que se pode aplicar um princípio de *montagem* da história. Em outras palavras, trata-se de “erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão” (BENJAMIN, 2018, p. 765). Para além disso, parece-nos possível acercar-se analiticamente de certos fragmentos ou ruínas de outrora para aí desatar os influxos e refluxos que neles se coagulam, isto é, “descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total.” (BENJAMIN, 2018, p. 765)

Sob essa ótica, destaca-se a prevalência, dentre materiais que veiculam o discurso histórico hegemônico do município em questão, de uma concepção historicista, acrítica e monológica do passado comum. Essa tendência no tratamento dos temas históricos locais pode ser observada, por exemplo, na *Cartilha do cidadão*, publicada por iniciativa da Câmara Municipal de João Monlevade em 1995. Nessa obra, o enfoque ideológico fica explícito desde sua “Apresentação” — assinada pelo então presidente da casa, Clésio Oliveira Gonçalves —, em que os lemas do “progresso” e do “sentimento patriótico” são prontamente demarcados.

Outra passagem da cartilha a demandar uma apreciação crítica pode ser encontrada na seção “João Monlevade, síntese de sua história”, de autoria de Geraldo Eustáquio Ferreira. No texto, ao se referir ao engenheiro Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade, assumido protagonista heroico da gênese da cidade, o discurso ressalta as raízes nobres da personagem, a qual era “[d]escendente direto

de conceituados troncos da nobreza francesa — os Bogenet e os Monlevade” (1995, p. 5).

O discurso épico do “progresso”, ideologia de matiz positivista, subjaz sistematicamente à exposição e se delinea, de maneira acrítica, em passagens como esta: “Em Piracicaba, encantou-se com a extraordinária riqueza da região e, descortinando-lhe o enorme futuro, adquiriu, duas léguas abaixo do então arraial de São Miguel, algumas sesmarias de terras”. (1995, p. 5)

A narração tanto da construção do Solar Monlevade quanto da antiga fábrica de ferro também assume uma dicção épica para a representação do “herói”, ao passo que, em contrapartida, escamoteia completamente o trabalho da mão de obra negra escravizada, a qual efetivamente concretizou tais feitos:

Providenciou também a construção da sede da fazenda, o lindo SOLAR DE MONLEVADE, edificação imponente que dominou a paisagem do Vale do Piracicaba e que, varando os tempos, tornou-se o marco histórico e o símbolo maior da *civilização* plantada pelo pioneiro francês. (CÂMARA MUNICIPAL, 1995, p. 5, grifo nosso)

Chama a atenção o emprego do verbo “providenciar” para se referir à edificação do Solar da Fazenda Monlevade, como se se tratasse de realização autossuficiente do proprietário, algo que ele pudesse realizar *per se* — pensemos na simbologia da *providência divina*. Na verdade, o engenheiro francês lançou mão do trabalho de escravizados ao longo de toda sua vida e em todos os seus empreendimentos levados a cabo no Brasil, fugindo, assim, de dificuldades relacionadas à oscilação da oferta de mão de obra livre e à necessidade de uma especialização técnica prolongada dos trabalhadores (REBELATTO, 2015, p. 4).

De igual modo, a menção textual à “civilização plantada pelo pioneiro francês” só pode ser concebida como parte de uma construção ideológica perpassada pela obliteração da barbárie da escravização negra sobre a qual o dito paradigma civilizatório se sustém. Com efeito, esse referencial de civilização — retomado na *Cartilha*, como a seguir se mostra — radica-se em uma perspectiva eurocêntrica afim à noção de progresso já apontada. Convém observar, nesse sentido, como a figura do pioneiro europeu civilizador é alçada a uma dimensão mitológica (BENJAMIN, 2018, p. 761), eclipsando quaisquer outras contribuições, a partir de matrizes culturais e étnicas não eurocêntricas, ao desenvolvimento histórico. Tome-se como exemplo, em um panorama mais amplo, a importância dos conhecimentos técnicos da metalurgia do ferro trazidos por africanos submetidos à escravidão negra e difundidos por nosso território ao longo do século XVIII. As

chamadas forjas de cadinho, em geral operadas e viabilizadas por escravizados, estavam bastante difundidas por Minas Gerais nesse período e, embora fossem técnica e tecnologicamente inferiores às instalações comandadas por Jean Monlevade, desempenharam um papel importante, mas explicitamente subestimado, no desenvolvimento histórico do setor (LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDSTEIN, 1995, p. 109).

Como já foi sublinhado, o silenciamento histórico da comunidade de trabalhadores negros escravizados sob o senhorio de Jean Monlevade se mantém ao longo da *Cartilha do Cidadão*, a qual, no capítulo intitulado “Jean de Monlevade: história de um pioneiro”, também de autoria de Geraldo Eustáquio Ferreira, ao narrar a morte do engenheiro francês, afirma que esta:

Não apagou, entretanto, das páginas da História, a memória de um homem que, numa luta muito próxima do heroísmo, conseguiu instalar, há mais de cem anos, em pleno sertão das Gerais, a *primeira usina siderúrgica do Brasil* e, para nosso orgulho, plantou às margens do Piracicaba as sementes de uma civilização que hoje se cristalizou no rico e promissor Município de João Monlevade. (1995, p. 13, grifo nosso)

Curioso é notar como o texto atribui ao pioneiro francês a instalação, na futura cidade que herdaria seu nome, da “primeira usina siderúrgica do Brasil”. Ora, a verdade é que, à parte algumas iniciativas pouco expressivas de jesuítas ao longo do século XVI, a siderurgia em nosso território tem efetivamente início em 1597 — mais de dois séculos antes — com Affonso Sardinha Filho, na localidade então conhecida como Biraçoiaba, lugarejo próximo a atual cidade de Sorocaba no estado de São Paulo (ROGERS, 1962). Nesse lugar, Affonso Sardinha Filho construiu duas forjas catalãs, com que produziu ferro de excelente qualidade — “*the first commercial iron ever produced in Brazil*” (ROGERS, 1962, p. 173). A dicção hiperbólica, no entanto, parece ser alguma coisa de que o historicismo épico e grandiloquente não pode abdicar.

Por sua vez, o Hino Municipal de João Monlevade, de autoria de Rita de Cássia Abreu e Silva³, faz apenas de passagem uma sugestão alegorizada da presença negra nos primórdios da história da cidade, por meio do trabalho na siderurgia:

Do trabalho, vontade e bravura
Deu-se início a uma bela história
De cidade, de gente e cultura
Que aos poucos conquista sua glória

Uma forja, uma chama e, então, o aço
Força negra, pra um grande porvir
Da labuta não importa o cansaço
Pois a meta é crescer, construir.
(CÂMARA MUNICIPAL, 1995, p. 14)

Os três últimos versos do excerto são significativos: ao trabalho desempenhado pela “Força negra” se atribui uma teleologia — “um grande porvir” e a meta de “crescer, construir” que recompensariam o cansaço. Sutilmente, a narrativa heroica corrói a história dos subalternos; assim, o trabalho não é imposição do cativo, mas projeto de futuro, aspiração, *télos* ideado e concretamente realizado. O legado não é o racismo estrutural ou tampouco a supressão da voz e da vez daqueles sob o jugo da escravidão e de seus descendentes, mas um futuro idealizado de crescimento e realização. Resta saber: de quem é “a meta” e para quem é o “grande porvir”.

Esse apagamento de grupos subalternos e oprimidos da memória coletiva por meio do discurso histórico tradicional é justamente o alvo de Walter Benjamin quando o filósofo alemão propõe o afastamento do historiador “desse processo de transmissão da tradição, atribuindo-se a missão de escovar a história a contrapelo.” (2012, p. 13)

A respeito dessa tarefa preconizada por Benjamin, o sociólogo Michael Löwy observa que:

trata-se de ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos. Desse ponto de vista, entende-se a continuidade histórica das classes dominantes como um único e enorme cortejo triunfal, ocasionalmente interrompido por sublevações das classes subalternas; (2005, p. 74)

É esse resgate da tradição dos oprimidos, ao revés dos vencedores, que aqui se propõe, escovando a história oficial de João Monlevade, escrita pelo viés das classes e grupos dominantes, a contrapelo; isto é, sublinhando na própria tessitura da memória social as fissuras pelas quais se pode entrever outros passados e, oxalá, outros presentes.

O cemitério histórico de João Monlevade

O Cemitério Histórico de Monlevade é considerado um dos principais marcos mnemônicos do município, sobretudo pelo fato de terem sido sepultados nesse local tanto o pioneiro francês Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade quanto o engenheiro luxemburguês Louis Jacques Ensch (PEREIRA, 2018). De outra parte, o espaço também recebe, popularmente, a alcunha de “Cemitério dos escravos”, uma vez que é reconhecido tradicional e culturalmente pela população local como tendo sido construído a mando de Jean Monlevade, por volta da década de 1820, para o sepultamento dos negros por ele escravizados que viessem a falecer na fazenda em que se situava sua fábrica de ferro.

De acordo com Passos, que se baseia nas notas do prof. Luis Prisco de Braga a que teve acesso:

No cemitério que construiu em sua fazenda, João Monlevade só permitiria enterro dos escravos falecidos na fazenda. No centro desse cemitério, foi marcado o lugar para a sua sepultura para que, dizia com gracejo, no dia do Juízo Final pudesse chamar o pessoal que com ele ali estava. (1973, p. 68-69)

Atualmente, o espaço se encontra sob a guarda e os cuidados da ArcelorMittal Aços Longos, por meio de seu programa/projeto de preservação da memória institucional. O cemitério permanece ordinariamente fechado, mas é aberto à visitação pública anualmente no dia de finados, dois de novembro, ocasião em que recebe expressivo número de visitantes. Ademais, visitas de grupos escolares e de pesquisadores podem ser agendadas por meio da assessoria de comunicação da empresa.

O Cemitério Histórico constitui um profícuo exemplo da categoria de *lugares de memória* formulada por Pierre Nora. Com efeito, segundo o historiador francês: “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.” (1993, p. 9) Por outro lado, Nora também assinala que um lugar de memória não se configura enquanto tal se restringe ao seu aspecto funcional, sendo imprescindível que se lhe atribua certa aura simbólica (1993, p. 21).

Em relação a esse aspecto, parece-nos possível avançar ainda mais um passo, ecoando a formulação de Eric Hobsbawm de que “objetos e práticas só são liberados para uma plena utilização simbólica e ritual quando se libertam do uso prático.” (2008, p. 11-12) Assim, tratar-se-ia não somente de um lugar cujo significado não se circunscreve ao funcional, e transborda para a dimensão

simbólico-ritual — em consonância com Pierre Nora. Na realidade, o que constatamos é a subsunção, ou mesmo a supressão plena, da funcionalidade à dinâmica ideológica arquitetada pelo conjunto de elementos simbólicos enunciados.

Nesse sentido, cabe observar que o cemitério em questão não preserva contemporaneamente nenhum caráter funcional — uma vez que não são realizados novos funerais nesse espaço. E, embora ocorra anualmente um contingente expressivo de visitantes ao local, é notório que estes não têm por objetivo — o que constituiria reprodução de prática corrente e socialmente consolidada — visitar o túmulo de familiares ou amigos ali sepultados. Mais objetivamente, segundo dados fornecidos pela própria Arcelor Mittal, responsável pela guarda e manutenção do espaço, entre 2000 e 2020, apenas no Dia de Finados, o Cemitério Histórico de Monlevade recebeu um total de 3.264 visitantes — ou seja, em média, mais de 150 pessoas visitam o local nessa data anualmente. Esse número foi contabilizado a partir do livro de assinatura de visitantes, o que significa que o número real pode ser ainda maior. Considerando todos os aspectos aqui enunciados, forçoso nos parece admitir que a periódica visitação do lugar constitui uma *performance* social de matiz eminentemente simbólico e ritual.

A partir dessas considerações, parece-nos seguro enfatizar ainda mais a substancial significação coletiva do Cemitério Histórico de Monlevade. Dessarte, enquanto imbricação espaço-temporal, ou seja, ponto do tecido social em que certa apreensão do tempo se coagula no espaço, ele constitui, sobretudo, um referente identitário, subsidiando a permanente (re)elaboração de uma imagem da coletividade idealizada a partir dos demarcadores instituídos pela tradição de classes, grupos e categorias socialmente dominantes.

Sob esse viés, convém considerar alguns dos elementos concretos que compõem o espaço em questão. À entrada do cemitério, o visitante se depara com a placa solene (Figura 1) que identifica o lugar, a responsabilidade de sua guarda — Belgo/Grupo Arcelor (canto inferior direito) — bem como a data de sua aposição por meio do “Projeto Memória”: 2004 (canto inferior esquerdo).

Há, no Cemitério Histórico de Monlevade, um total de sete indivíduos sepultados com identificação. O túmulo do próprio Jean Antoine Félix Dissandes de Monlevade⁵, nascido em 14 de abril de 1789 e falecido em 14 de dezembro de 1872, ocupa uma posição relativamente central no espaço interno aos muros do cemitério.



Fonte: Autor, 2021.⁴

FIGURA 1

Placa da entrada do Cemitério Histórico de Monlevade

Também em ponto centralizado, e à direita do túmulo de Monlevade, encontra-se o sepulcro do engenheiro siderurgista luxemburguês e diretor da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira Louis Jacquesensch — nascido em 25 de junho de 1895 e falecido em 9 de setembro de 1953 — e de sua esposa, Dona Maria Coutinhoensch, nascida em 18 de julho de 1910 e falecida em 21 de janeiro de 1966.

As restantes lápides são, para dizer o mínimo, enigmáticas. O único túmulo atribuído a um dos escravizados de propriedade de Monlevade é o de Sinhorinha da Silva, falecida em 16/09/1871, ou seja, pouco mais que um ano antes do próprio senhor. Embora não se tenha encontrado fontes de informação acerca de sua identidade, diferentes meios de comunicação locais lhe atribuem a condição de escravizada e dama de companhia de Dona Clara de Souza Coutinho, esposa de Monlevade. Geralmente, essas mesmas informações são *recicladas* ano a ano quando da abertura do Cemitério Histórico à visitação no dia de finados.⁶

Outra personagem eternizada no espaço mnemônico do cemitério, mas cuja identidade nos escapa é Ervin Krueger, nascido em Berlim, em 30 de dezembro de 1899, e falecido em João Monlevade em 22 de fevereiro de 1940. De acordo com as mesmas informações replicadas em jornais e outras mídias informativas da cidade, tratar-se-ia de um engenheiro alemão que teria atuado como chefe de instalações elétricas da então Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

Por fim, temos dispostas lado a lado as sepulturas de Orozimbo Bemvindo Brasileiro (nascido em 2 de dezembro de 1915 e falecido em 22 de agosto de 1942); e de José Nunes Alvim (nascido em 18 de abril de 1907 e também finado em 22 de agosto de 1942). A morte de ambos fez parte de uma série de tensões e confrontos ocorridos em João Monlevade no âmbito da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.⁷ (A COLÔNIA LUXEMBURGUESA, 2021)

Esses vestígios do passado, rastros e enigmas de histórias não contadas reiteram sistematicamente as lacunas mnemônicas da cidade e reforçam a necessidade de redimir — em termos benjaminianos — um passado com o qual o presente talvez possa, ou deva, ser conjugado.

Na verdade, se recuperamos a imagem difundida sócio e culturalmente de que o Cemitério Histórico é, com efeito, o “cemitério dos escravos”, o que emerge da trama histórica enquanto legado mnemônico é o fato de que não possuímos nenhuma informação acerca da identidade ou mesmo da quantidade de seres humanos submetidos à escravidão que podem ter sido sepultados sem qualquer identificação no terreno da dita necrópole.

Se, em vida, o nobre europeu senhor de escravos reduzia a identificação daqueles de cujo trabalho não remunerado usufruía à simples designação numérica⁸, fato é que, na morte, nem a dimensão quantitativa da existência é concedida àqueles de quem a liberdade e a humanidade foram usurpadas.

No que tange à exploração do trabalho de seres humanos cativos, Jean Monlevade parece nunca ter hesitado quanto à adesão a uma lógica escravocrata. De acordo com Rebelatto:

A escolha pelo trabalho escravo, aparentemente, não foi uma dúvida para Monlevade. É provável que sua experiência em Caeté e mesmo seu contato com viajantes e demais indivíduos que trabalhavam com mineração e fábricas de ferro tenham influenciado sua opinião voltada fortemente ao trabalho escravo, o que é possível confirmar por meio de sua grande escravaria, durante toda sua vida no Brasil. (2015, p. 2)

Na verdade, o engenheiro francês chega ao Brasil, em 14 de maio de 1817, aos 28 anos, já de posse de dois escravos, segundo informações do Registro de Estrangeiros do Arquivo Nacional (PASSOS, 1973, p. 27; REBELATTO, 2012, p. 158-159).

Em contrapartida, a investigação acerca do processo de expansão do número de trabalhadores cativos em posse de Monlevade é permeada de entraves. A data exata do término da construção do Solar Monlevade — e da primeira fábrica de ferro aí instalada — nos parece um tanto incerta, apesar de, sem citar fontes, Ferreira (2016, p. 14) situá-la em 1818. Não obstante, parece inequívoco que, tal como o Cemitério Histórico, as obras da fazenda tenham sido concluídas entre o fim da década de 1810 e o início da seguinte (PASSOS, 1973, p. 58). É neste decênio, mais especificamente em 4 de janeiro de 1827, que Monlevade se casaria, na Matriz de Caeté, com Clara Sophia de Souza Coutinho, sobrinha do célebre Barão de Catas Altas, proprietário das minas do Gongo Soco.

Em sequência diacrônica, os dados seguintes que possuímos dão conta de que, em 1840, Monlevade era proprietário de 151 escravos (REBELATTO, 2012, p. 175). De outra parte, após a morte do engenheiro, em 1872, as informações constantes do inventário da família, finalizado em 1875, evidenciam uma expressiva ampliação da escravaria. Segundo Rebelatto:

“Quando da confecção de seu inventário, em 1875, a família Monlevade possuía 247 escravos, distribuídos entre duas propriedades. A fazenda Monlevade, em São Miguel do Piracicaba, era o domicílio de 124 cativos, 56 mulheres e 68 homens” (2015, p. 1).

A indagação acerca de quantas pessoas submetidas à escravidão podem ter morrido ao longo das décadas em que funcionou a fábrica de ferro de Monlevade sendo posteriormente enterradas no Cemitério Histórico permanece em aberto. E, por ora, não se vislumbra no horizonte quaisquer meios de efetivamente responder à questão a contento.

Essa história cultural em que o silenciamento das vozes das classes-raças oprimidas bem como o apagamento de suas pegadas é a norma estabelecida pela tradição condensa-se, de maneira ainda mais expressiva, em outro signo fundamental presente no Cemitério Histórico. Trata-se aqui de chamar a atenção para o discurso veiculado pela placa de “homenagem” (Figura 2) — esta também provida pela antiga Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, atual ArcelorMittal, e igualmente fixada no espaço do cemitério em junho de 2004 — cujo teor é emblemático:



Fonte: Acervo do grupo de pesquisa “História e Memória” da UEMG – João Monlevade, 2018.

FIGURA 2

Placa de homenagem afixada no centro do Cemitério Histórico de Monlevade

O cativo, a reificação e a submissão ao trabalho forçado são transmutados poeticamente em preferência — isto é, em uma ação que implica tanto autonomia para escolher quanto opções para que se tenha predileção por uma em detrimento da outra. O produto da *poiesis* é não outro senão a realidade mistificada em versos que escamoteiam seu reverso: a barbárie da escravização.

Nota-se, em realidade, certa disjunção entre o discurso mobilizado pelo poema — de que a escravidão, a condição de propriedade (“teus”) constituiria uma preferência dos negros — e o discurso da homenagem prestada pela empresa no enunciado da parte inferior da placa, em que os mesmos negros, “com seu suor e trabalho”, são os sujeitos que forjam “o ferro e o futuro” — as contradições mal dissimuladas, com efeito, vazam pelas brechas.

A proposição analítica que ora se formula é de que a imagem — lampejo — da referida placa (Figura 2) constitui aquilo que Walter Benjamin:

designa quer como mônada quer como imagem dialética. Estas, por sua vez, constituiriam uma espécie de condensado de totalidade histórica construído dialeticamente; sendo sua legalidade interna articulada pela constelação de ideias cujas tensões, espelhamentos e contradições recíprocas são imagetivamente paralisadas pelo método benjaminiano. (ROMERO; ROMERO, 2022, p. 360)

Em outros termos, tratar-se-ia a mônada benjaminiana de uma ferramenta teórico-crítica que:

não só desconstrói a continuidade histórica do progresso, mas também engendra uma singularidade — na acepção, *mutatis mutandis*, que a física empresta ao termo —, ou seja, uma imbricação espaço-temporal em que momentos divergentes podem coincidir, adensando-se em um mesmo ponto, espacialmente

instituído, para o qual convergem; ou seja, uma imagem. (ROMERO; ROMERO, 2022, p. 360)

Desse modo, o que particularmente nos interessa é a construção discursiva mobilizada pela placa; o que significa que sua análise não pode se circunscrever ao conteúdo verbal materialmente enunciado. Na verdade, faz-se necessário considerar a totalidade da composição, na qual se inserem, para além do textualmente dito, as significações engendradas pelo próprio Cemitério Histórico — isto é, as conjunções e disjunções entre passado e presente articuladas por cada um dos elementos que compõem esse lugar de memória —, assim como a autoria e a origem quer da placa enquanto suporte material, quer do excerto textual nela inscrito. É a aglutinação de todos esses elementos que faz de nosso objeto de análise uma mônada segundo as proposições benjaminianas. Assim, seguindo os passos do pensador alemão, pode-se vislumbrar no fragmento constituído pela placa de homenagem uma imagem dialética capaz de refletir o macrocosmo histórico da cidade de João Monlevade.

Nessa perspectiva, convém ainda sublinhar como diferentes tempos se coagulam, na referida imagem, em um mesmo ponto do espaço — o começo do século XIX, em que o cemitério foi construído, se conjuga com a morte de Jean Monlevade, já em 1872. Do mesmo modo confluem aí os marcos temporais das mortes dos outros túmulos identificados, em meados do século XX. Ademais, soma-se a essas datas aquela da homenagem por meio da placa afixada no cemitério: 2004 — com a inclusão do excerto poético que sobrepõe à memória de indivíduos violentados de tantas formas a alegada preferência pela escravidão. Por fim, conjugam-se esses tempos todos com o da presente reflexão, a qual busca urdir uma “constelação do despertar”, isto é, “a dissolução da ‘mitologia’ no espaço da história.” (BENJAMIN, 2018, p. 761)

É importante observar, ainda, que o poema “Monlevade, saga”⁹, cujo excerto gravado na placa “homenageia” os “escravos da Fazenda e Forja Monlevade”, foi proposto, por meio de um projeto de lei municipal, como poema-símbolo do município. Essa proposição consta na pauta da reunião ordinária da Câmara Municipal de João Monlevade do dia 23 de agosto de 2017, em que se lê: “PROJETO DE LEI Nº 990/2017, de iniciativa do vereador Geraldo Camilo Leles Pontes, que Reconhece [sic] o poema ‘Monlevade, Saga’, de autoria do professor Luciano Clemente Mendes Lima, como poema-símbolo da cultura literária do Município de João Monlevade” (CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, 2017). No dia 22 de junho de 2022, conforme ata de reunião da casa, a Câmara aprovou o referido

projeto de lei por unanimidade, o que salienta uma vez mais o valor ideológico do poema em questão para a construção mnemônica de uma identidade cultural da cidade. (CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, 2022)

Em suma, essa moldura ideológica segundo a qual os elementos históricos da cidade aparecem dispostos pelo discurso oficial em interação dialógica com a memória tradicional da população ecoa, indiscutivelmente, segundo a perspectiva aqui adotada, o diagnóstico de Walter Benjamin, o qual, em lugar de dicotomizar cultura e barbárie, apresenta ambas como constituintes de uma unidade dialética:

a distância a partir da qual a história da cultura apresenta os seus conteúdos é ilusória e fundada numa falsa consciência. Por isso ele a olha com reservas. Essas reservas seriam legitimadas por um simples olhar para o passado: o que ele aí descobre de arte e ciência tem uma proveniência que não pode deixar de horrorizá-lo. Tudo isso deve sua existência não apenas ao esforço dos gênios seus criadores, mas também, em maior ou menor grau, à escravidão anônima dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. (BENJAMIN, 2012, p. 137)

Dessa forma, os mesmos documentos/monumentos — aí incluso o Cemitério Histórico de Monlevade — que testemunham o legado histórico e cultural de grandes realizações e conquistas das camadas dominantes de uma dada sociedade ao longo do tempo também atestam que sua própria produção foi viabilizada por meio da exploração brutal de grupos sociais anônimos, cuja existência é colocada às margens do discurso oficial.

À guisa de conclusão

Ao longo desta breve reflexão, buscamos analisar criticamente a constituição de certos discursos acerca do passado da cidade de João Monlevade – MG. Pareceu-nos necessário, sobretudo, evidenciar de que modo as formulações da memória oficial, enunciadas a partir da perspectiva das classes e dos grupos socialmente hegemônicos, mas irradiada por toda a tessitura social, atuam na composição de uma dada identidade sociocultural localmente instituída.

Desse modo, essa imagem acrítica, monológica e linear de um passado regido pelo progresso triunfante articula-se, por meio de monumentos e documentos, enquanto formação ideológica dominante, sobrepondo-se, dessa maneira, à trajetória histórica de grupos oprimidos e subalternizados.

Avessa a uma tal concepção, nossa abordagem buscou mostrar que, contra o apagamento histórico e o silenciamento mnemônico dos vencidos, é possível vislumbrar, nas ruínas e nos fragmentos legados pelo pretérito, as disjunções entre a narrativa histórica hegemônica e a experiência das classes oprimidas.

Consideramos que a perspectiva aqui adotada pode e deve ser estendida a outros lugares, a outras memórias, a outros espaços, a outras histórias. Ela estará servindo, assim, de instrumento para a constituição, no presente, de um retrato contra-hegemônico do passado. Sustentamos a hipótese de que, se ousarmos interpelar essa conveniente e bem comportada memória que nos tem sido oferecida, constataremos que, sob as escamas reluzentes do progresso, abriga-se a barbárie mal dissimulada.

Nas palavras, uma vez mais, de Walter Benjamin: “[d]eve-se fundar o conceito de progresso na idéia da catástrofe. Que tudo “continue assim”, isto é a catástrofe. Ela não é o sempre iminente, mas sim o sempre dado” (1995, p. 174).

Resta-nos, dessarte, frente ao olvido sócio-histórico continuado, a proposição benjaminiana fundamental: escovar a história — seja a de João Monlevade seja a de quaisquer outras tantas e tantas cidades dedicadas a enaltecer seus vencedores — a contrapelo.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho é fruto de projeto de pesquisa apoiado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - Edital PAPq-UEMG 01/2022.

NOTAS

- . População estimada para o ano de 2020 segundo o IBGE.
- ². PIB a preços correntes — série revisada — dados do IBGE referentes a 2018.
- ³. O Hino Municipal de João Monlevade foi escolhido por uma comissão em concurso promovido, na década de 1990, pelo poder público municipal. (FERREIRA, 2016).
- ⁴. Registro realizado em visita ao Cemitério Histórico de Monlevade, autorizada pela Arcelor Mittal, no dia 5 de março de 2021.
- ⁵. O nome na lápide está grafado em sua forma francesa original, não de maneira aportuguesada como o próprio Monlevade passara a assinar uma vez estabelecido no Brasil. Cf. Rebelatto, 2012, p. 158.
- ⁶. Cf. Riopira - Mídia Digital (2018); Jornal A Notícia (2019, p. 8); Jornal O Popular (2020).
- ⁷. Em meio ao acirramento do conflito mundial, após o ingresso do Brasil na Guerra, parte dos trabalhadores brasileiros que atuavam na então Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira de Monlevade passou a alimentar uma crescente hostilidade para com os

luxemburgueses que atuavam em vários e importantes cargos na usina, associando-os, pela origem europeia, ao nazismo alemão contra o qual o país declarara guerra. Os funcionários oriundos de Luxemburgo e suas famílias conseguiram escapar à violência se escondendo dos grupos populares revoltados e recorrendo à polícia, mas nem todos os envolvidos conseguiram escapar ao trágico *quid pro quo*. Em uma tentativa de invasão para o linchamento de luxemburgueses abrigados na usina, soldados armados designados por Louis Ensch para proteger as dependências da Belgo-Mineira abriram fogo, o que culminou na morte dos dois homens hoje enterrados no Cemitério Histórico. (A COLÔNIA LUXEMBURGUESA, 2021).

- ⁸. Segundo Passos (1973, p. 68), que se baseia em notas do Prof. Luis Prisco de Braga, Monlevade “tinha muitos escravos que eram chamados pela numeração, marcada nas respectivas camisas. Era uniforme de vestimenta dos escravos, consistente de camisa, calça de algodão Pitangui e timão de baeta azul.”.
- ⁹. O professor Luciano Clemente Mendes Lima veio para a cidade de João Monlevade na década de 1960 para atuar como professor na escola construída e então mantida pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Seu poema, “Monlevade, saga”, foi publicado em 2016 no livro *Nossa terra, nossa gente*, de Geraldo Eustáquio Ferreira (p. 54-61).

REFERÊNCIAS

A COLÔNIA LUXEMBURGUESA. Direção: Dominique Santana. Produção de Samsa Film, Luxembourg Centre For Contemporary And Digital History (C²DH) e Centre National de l'Audiovisuel (CNA). Luxemburgo: Universidade de Luxemburgo, 2021. Documentário interativo. Disponível em: <https://colonia.lu/pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.

A NOTÍCIA. Cemitério Histórico aberto no Dia de Finados. *A Notícia*, 1 a 7 de novembro de 2019. Disponível em: <https://issuu.com/jornalanoticiaregional/docs/2549>. Acesso em: 2 dez. 2021.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de M. Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.

BEDÊ, Luiza. *Arte e política: carnavalização na imprensa de resistência dos anos de chumbo*. Araraquara, 2019. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

BENJAMIN, Walter. Eduard Fuchs, colecionador e historiador. In: *O anjo da história*. Org. e trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BENJAMIN, Walter. Parque Central. In: *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. v. 2.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

- CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE. *Cartilha do Cidadão*. João Monlevade, 1995.
- CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE. *Pauta da reunião ordinária do dia 23 de agosto de 2017*. João Monlevade – MG, 2017. Disponível em: <https://www.joaomonlevade.mg.leg.br/pautas-das-reunioes-ordinarias/pautas-reunioes-2017/pauta-23-08.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.
- CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE. *Ata da Quinquagésima Oitava Reunião Ordinária da 15ª Legislatura – 2022*. João Monlevade, 22 jun. 2022.
- DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. In: *Sociologia e filosofia*. Prefácio de C. Bouglé. São Paulo: Forense, 1970.
- FERREIRA, Geraldo Eustáquio. *Nossa terra, nossa gente*. Vol. I: A cidade, sua história, seus símbolos, seus ícones. João Monlevade-MG: Gráfica Monlevade, 2016.
- GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (org.). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa; PPG em Memória Social da UFRJ, 2005.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (org.). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa; PPG em Memória Social da UFRJ, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina C. Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *João Monlevade — Panorama*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-monlevade/panorama>. Acesso em: 7 maio 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produto Interno Bruto dos Municípios — João Monlevade*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-monlevade/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em: 7 maio 2021.
- LANDGRAF, Fernando José G.; TSCHIPTSCHIN, André P.; GOLDENSTEIN, Hélio. Notas sobre a história da metalurgia no Brasil. In: VARGAS, M. (org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995, p. 108-129.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses ‘Sobre o conceito de história’*. Tradução de Wanda N. C. Brant, Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lurz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. *O método formal nos estudos literários: uma introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução de E. Américo e S. C. Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.
- MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (org.). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa; PPG em Memória Social da UFRJ, 2005.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH; Marco Zero, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992-1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1993.

O POPULAR. Cemitério Histórico abre no Dia de Finados com controle de acesso. *O Popular*, 28 out. 2020. Disponível em: <https://www.opopularjm.com.br/cemiterio-historico-abre-no-dia-de-finados-com-controle-de-acesso>. Acesso em: 2 dez. 2021.

PASSOS, Juliana M. do Nascimento. *Monlevade, vida e obra*. Belo Horizonte: Associação Monlevade de Serviços Sociais, 1973.

PEREIRA, Joel dos Santos. *A paisagem que vejo e construo: a aplicação da aula-passeio freinetiana como práxis da educação patrimonial em uma escola da cidade de João Monlevade – MG*. Viçosa, 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. *Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE*, Foz do Iguaçu/PR, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 0, n. 10, p. 200-212, 1992.

REBELATTO, Martha. *Fábricas e tendas de ferro em dinâmicas escravistas, termo de Santa Bárbara, Minas Gerais, 1822-1888*. Belo Horizonte, 2012. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

REBELATTO, Martha. Trabalho escravo na Fazenda Monlevade: diferentes atividades e ritmos de produção. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7, 2015, Curitiba – PR. *Anais (textos completos)*. Curitiba – PR: Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/congresso/index.php/E-X/7/paper/viewFile/34/12>. Acesso em: 3 maio 2021.

RIOPIRA - Mídia Digital. João Monlevade – Cemitério Histórico aberto à comunidade no Dia de Finados. *Riopira - Mídia Digital*, 1º nov. 2018. Disponível em: <https://www.riopira.com.br/2018/11/01/joao-monlevade-cemiterio-historico-aberto-a-comunidade-no-dia-de-finados>. Acesso em: 2 dez. 2021.

ROGERS, Edward J. The iron and steel industry in colonial and Imperial Brazil. *The Americas*, v. 19, n. 2, p. 172-184, 1962.

ROMERO, Sérgio Luiz G. Gimenes; ROMERO, Joyce Conceição Gimenes. Memória, história e analogia: Correspondências entre Walter Benjamin e Eduardo Galeano. *Latin American Research Review*, v. 57, n. 2, p. 352-368, 2022.

WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

Sérgio Luiz Gusmão Gimenes Romero é Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), câmpus de João Monlevade, e Doutorando em Estudos Literários na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. Mestre em Estudos Literários e Graduado em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, câmpus de Araraquara.

Como citar:

ROMERO, Sérgio Luiz Gusmão Gimenes. Memória(s) e identidade: a história de João Monlevade / Minas Gerais escovada a contrapelo. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 1, p. 440-465, jan./jun. 2022. Disponível em: pem.assis.unesp.br.